

“Não há desertos culturais em Portugal”, diz o primeiro *Atlas Artístico do país*

Atlas Artístico e Cultural de Portugal faz um mapeamento sectorial do território, resultante de uma parceria entre o Observatório Português das Actividades Culturais e a DGArtes

Sérgio C. Andrade

“Ao contrário da ideia de senso comum de que Portugal tem carências graves a vários níveis na área da cultura, o que constatámos é que o panorama actual do país é globalmente de grande desenvolvimento”, afirma ao PÚBLICO o sociólogo José Soares Neves, coordenador da equipa que realizou o primeiro *Atlas Artístico e Cultural de Portugal*. O também director do Observatório Português das Actividades Culturais (OPAC), ligado ao Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, que avançou com este levantamento por proposta e numa parceria com a Direcção-Geral das Artes (DGArtes), assegura mesmo que “não há desertos culturais em Portugal”.

O novo *Atlas* – uma iniciativa pioneira no país, que terá uma edição em papel e estará também disponível *online* – vai ser apresentado hoje, pelas 10h30, no Auditório da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, com a presença da ministra da Cultura, Dalila Rodrigues.

O mapeamento realizado pelo *Atlas*, em mais de 200 páginas com uma centena de mapas e dezenas de quadros e gráficos, diz respeito ao período entre 2019 e 2023, tendo o trabalho de inquérito decorrido principalmente nos dois últimos desses anos.

Mesmo se esse período compreende o tempo da pandemia da covid-19, a equipa que realizou o trabalho – que, além de José Soares Neves, incluiu os investigadores do Iscte Sofia Costa Macedo, Jorge Santos e Maria João Lima – teve a preocupação de mitigar alguns dos efeitos desses tempos de crise fazendo uma leitura ponderada dos números, nomeadamente, realça o coordenador, no que diz respeito às despesas dos municípios com o sector da cultura, comparando os dados entre 2019 e 2021.

De resto, faz notar José Soares Neves, “se a pandemia alterou noto-



MANUEL ROBERTO

riamente os consumos culturais, já os equipamentos, a realidade material manteve-se lá, no território”.

Ao PÚBLICO, o coordenador do *Atlas* refere a distribuição dos equipamentos culturais pela globalidade do país como “um dos aspectos mais visíveis”, associado à diversidade de programas e de actividades que eles acolhem e desenvolvem. E destaca logo de seguida, e em relação directa com a anterior, a importância das redes nacionais – a das bibliotecas, a primeira a ser lançada, em 1987; a dos museus (2000); a dos arquivos (2008); e, mais recentemente, a dos teatros e cineteatros (2019) e a de arte contemporânea (2021) –, de par com os programas comunitários internacionais (com a UNESCO, o Conselho da Europa, a Comissão Europeia ou a EEA Grants) que “apresentam uma inserção relevante no território português”.

José Soares Neves refere ainda como terceira revelação do estudo “a quantidade e o número crescente, desde 2017, de empresas privadas do sector lucrativo” que ajudam a povoar o território nacional. “Mesmo se ainda com a desigualdade inerente à situação social e demográfica do país, com uma grande concentração no litoral e nas duas principais áreas metropolitanas, as

empresas estão presentes na generalidade dos municípios portugueses”, realça.

A consulta do *Atlas* mostra, neste domínio, que entre 2017 e 2021 houve um crescimento efectivo de empresas no sector cultural e criativo (de 61.916 para 68.520).

A importância das redes

É, de facto, nos mapas das redes que é visível “uma distribuição geograficamente mais equilibrada de equipamentos, agentes e eventos culturais do que se supunha, com pólos de cultura activos em várias regiões”, como diz o comunicado do lançamento do *Atlas*.

Neste domínio, e sem surpresa, tendo em conta que foi lançada há já quase quatro décadas, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) é a que mostra a cobertura mais expressiva, estando presente, à data de 2022, em 303 dos 308 municípios do país – o que significa que 98,4% do território dispõe de, pelo menos, uma biblioteca ou espaço com serviço afim. As excepções são, aqui, os concelhos de Terras do Bouro, Marvão, Vila Viçosa, Aljezur e Calheta (Açores).

Comentando este dado e lembrando que, se na década de 1980, a RNBP apontava para a instalação



Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, desenhada por Álvaro Siza. À esquerda, Cine-Teatro São Pedro, em Alcanena

de, pelo menos, uma biblioteca pública em cada município, José Soares Neves observa que a evolução administrativa do território faz com que “esse objectivo possa agora ser tratado já não a nível municipal, mas intermunicipal (com as CIM) ou sub-regional”, fazendo com que um só equipamento (e isto poderá ser também válido para outros sectores) possa servir vários municípios. “Já não se trata da quantidade, mas da qualidade da sua inserção territorial”, acrescenta o coordenador do *Atlas*.

Mas também é verdade que, num domínio como o da exibição cinematográfica – que é maioritariamente de gestão privada (com 64,2% das salas; situando-se a maioria delas, 77,9%, em centros comerciais) –, o mapa do país é bem diverso, verificando-se, em 2021, que pouco mais de um em cada três municípios (36,7%) dispunha de pelo menos uma sala de cinema. E também é verdade que dispor de recintos e ecrãs não significa ter oferta efectiva e regular de cinema.

Artes do espectáculo

Já no sector das artes de palco, e depois de documentar o aumento de equipamentos (novos, remodelados ou adaptados a partir de outras fun-

303

dos 308 municípios cobertos pela Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

384

recintos de espectáculos de natureza artística – dois em cada três deles (66,4%) com gestão pública



ções), o *Atlas* assinala que, em 2022, estavam licenciados pela Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC) 384 recintos de espectáculos de natureza artística – dois em cada três deles (66,4%) com gestão pública, e a maioria dos quais na dependência de municípios ou empresas municipais. A mesma percentagem (66%) é a dos municípios que dispõem, pelo menos, de um recinto de espectáculos – e é aqui que se verifica a concentração mais notória tanto na Área Metropolitana de Lisboa como em capitais de distrito como o Porto, Braga, Coimbra, Évora, Faro e Ponta Delgada.

Sem surpresa, a música, o teatro e a dança são as artes com mais oferta (e também mais procura), igualmente aqui com uma afluência maior no litoral e nas áreas metropolitanas. Para documentar o efeito da pandemia neste sector, o *Atlas* assinala o decréscimo estrondoso no número de espectadores de espectáculos ao vivo: dos 16,9 milhões em 2019 para apenas 2,5 milhões em 2020 e 3,5 milhões no ano a seguir.

Outro dado fornecido pela nova publicação do OPAC/DGArtes é o valor médio das dotações das autarquias para as actividades culturais e criativas, que, em 2021, ascendeu a 5% dos seus orçamentos (com um

pouco mais de 490 milhões de euros), mas distante dos 7,4% atingidos em 2009, e, mesmo que superior em quantitativo, também inferior aos 6,1% registados no início do milénio.

Destaque ainda para o facto de ter sido já com base na investigação que deu origem ao actual *Atlas* que a DGArtes lançou, em 2023, o concurso Arte e Coesão Territorial, com a dotação de um milhão de euros, visando responder a candidaturas provenientes dos 76 municípios que o estudo identificou como tendo “baixa densidade cultural”, e que, situados no interior, são naturalmente os mesmos que apresentam baixa densidade populacional e económica.

É um exemplo, avança José Soares Neves, de como o presente *Atlas* pode (e deve) servir como instrumento para “ajudar à identificação e leitura dos territórios com menos actividade artística profissional, e intervir neles para colmatar essas lacunas”. E isto pressupõe um trabalho continuado, que, defende ainda o coordenador, deverá passar por uma actualização regular do *Atlas* – “de três em três ou de cinco em cinco anos”, diz – que permita acompanhar a própria evolução do país.